

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.703 - RS (2019/0321188-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD
ADVOGADOS : GELSA PINTO SERRANO - RS025174
MARIALVA PICCININI - RS024300
ADVOGADOS : KARINA HELENA CALLAI - DF011620
FRANCISCO DA SILVA NETO - RS054694
RECORRIDO : HOTEL POUSADA KASTER LTDA.
AGRAVANTE : HOTEL POUSADA KASTER LTDA.
ADVOGADOS : NELSO MOLON - RS023452
DANIEL MUCELINI - RS063354
AGRAVADO : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD
ADVOGADOS : GELSA PINTO SERRANO - RS025174
MARIALVA PICCININI - RS024300
FRANCISCO DA SILVA NETO - RS054694

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, visa reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (fl. 499, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. PROPRIEDADE INTELECTUAL. DIREITO AUTORAL. ECAD. AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PRECEITO LEGAL C/C PERDAS E DANOS. COBRANÇA. RETRANSMISSÃO RADIOFÔNICA E POR TV EM QUARTO DE HOTEL. CONTRATAÇÃO DE TV POR ASSINATURA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. MULTA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. Prescrição trienal. Posicionamento revisto, consoante atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça. A cobrança decorrente de execução de obras musicais sem prévia e expressa autorização do autor envolve reparação civil, cujo prazo prescricional é de 03 (três) anos, conforme art. 206, § 32, V, do atual Código Civil.

2. Restando incontroversa a utilização de equipamentos de rádio e televisão nos aposentos do hotel demandado, é devida a cobrança de valores a título de direitos autorais.

3. Hipótese em que embora o réu tenha demonstrado a contratação de TV por assinatura, inexistente demonstração da retribuição dos direitos autorais por parte dessa prestadora de serviço (SKY). Inteligência do art. 373, II, do CPC. Sentença de improcedência reformada.

4. Tutela inibitória. Descabimento na espécie.

Possibilidade de cobrança dos valores no caso de descumprimento da

exigência legal.

Precedentes.

5. Inexigibilidade da multa moratória prevista no Regulamento de Arrecadação do ECAD. A parte devedora somente é constituída em mora quando a obrigação torna-se líquida e a mesma é cientificada para adimplir o débito. Ausência de amparo legal ou relação contratual entre as partes que justifique a incidência da pena pecuniária. Precedentes.

6. Correção monetária das parcelas pelo IGP-M e juros de mora de 1% ao mês a contar da data do evento lesivo.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo julgado de fls. 552/556, e-STJ.

Nas razões do recurso especial (fls. 561/591, e-STJ), o insurgente aponta, além do dissídio jurisprudencial, a ofensa aos seguintes dispositivos legais:

I) arts. 489, § 1º, VI e 1.022 do CPC/15, ante a omissão da Corte local quanto ao entendimento do STJ no sentido de que a pretensão de recebimento dos valores devidos por violação a direitos autorais não impede a aplicação do art. 105 da Lei 9.610/1998.

II) art. 105 da Lei 9.610/1998, visto que as execuções públicas realizadas sem autorização dos titulares dos direitos autorais devem ser imediatamente suspensas pela autoridade judiciária.

Sem contrarrazões (fl. 653, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

1. De início, cumpre rejeitar a alegada contrariedade aos 489, § 1º, VI e 1.022 do CPC/15.

Isso porque a Corte de origem analisou as alegações das partes, solucionando a controvérsia tal como lhe foi apresentada, não se evidenciando omissão, contradição ou obscuridade, tampouco ausência de fundamentação. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

Cumpre destacar ainda que a solução contrária ao interesse da parte não autoriza o reconhecimento da negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido é o entendimento deste Sodalício, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. CONCLUSÃO ESTADUAL FUNDADA EM FATOS, PROVAS E TERMOS CONTRATUAIS FIRMANDO A EXISTÊNCIA DE NEGOCIAÇÕES ENTRE AS PARTES. AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. SÚMULAS 5 E 7/STJ. VALOR PROBANTE DAS PROVAS. LIVRE APRECIÇÃO DO JULGADOR. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não há nenhuma omissão ou mesmo contradição a ser sanada no julgamento estadual, portanto inexistentes os requisitos para reconhecimento de ofensa aos arts. 489, § 1º, 1.022, I e II, e 1.025 do CPC/2015. A segunda

instância dirimiu a causa com base em fundamentação sólida, sem tais vícios, o que não se confunde com omissão ou contradição, tendo em vista que apenas resolveu a celeuma em sentido contrário ao postulado pela parte insurgente.

[...]

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1736715/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/2019, DJe 13/03/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO CÍVEL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. LAUDO PERICIAL. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 1022 do Código de Processo Civil. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente. Não se verifica, também, no caso, a alegada vulneração do artigo 489 do Código de Processo Civil, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas. O teor do acórdão recorrido resulta de exercício lógico, ficando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão.

[...]

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1197469/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 23/03/2018)

2. No mérito, cinge-se a controvérsia acerca da contrariedade ao art. 105 da Lei 9.610/1998, na qual o insurgente defende que as execuções públicas realizadas sem autorização dos titulares dos direitos autorais devem ser imediatamente suspensas pela autoridade judiciária.

O Tribunal *a quo*, embora tenha entendido que o hotel recorrido não efetuou o pagamento da retribuição devida ao ECAD pela retransmissão radiofônica e por TV nos seus aposentos, concluiu pelo indeferimento da tutela inibitória prevista no supramencionado dispositivo legal.

Por oportuno, destaca-se os seguintes trechos do acórdão recorrido, *in verbis*:

Resta incontroversa a execução de obras audiovisuais e musicais mediante a utilização de equipamentos de transmissão de sinais de rádio e televisão nas dependências do hotel demandado. Também não há controvérsia quanto ao fato de o réu ter contratado TV por assinatura (SKY) para disponibilização nos aposentos. As alegações das partes e a farta prova documental produzida permitem esse entendimento.

A controvérsia recursal reside no eventual dever de retribuição do estabelecimento demandado mesmo considerando a contratação de TV por assinatura.

Pois bem. Da análise dos documentos acostados com a defesa (fls. 218-220), é possível constatar que o réu contratou os serviços de TV por

assinatura SKY ao menos desde 17-02-2009.

Entretanto, o contrato anexado é claro no sentido de que a empresa de TV por assinatura não é responsável nem efetuou o pagamento dos direitos de execução pública de obras que o ECAD venha a fazer. Senão, vejamos (fl. 219v), in verbis:

[...]

Por conseguinte, é devido o pagamento da mencionada retribuição em razão do estabelecimento demandado ser expressamente considerado local de frequência coletiva, conforme art. 68, §3Q, da Lei n.

9.610/98 (Lei dos Direitos Autorais), in verbis:

[...]

O referido dispositivo prevê a ampliação da proteção - não existente na lei anterior (Lei nº 5.988/73) - dada aos titulares dos direitos autorais. Assim, deve ser admitido que a disponibilização de aparelhos de rádio e televisão incrementa o conjunto de serviços disponibilizados aos clientes, cabendo, pois, a respectiva contraprestação aos artistas das obras executadas, nos moldes da Súmula 63 do STJ.

Por seu turno, conforme os documentos das fls. 59-62 - não impugnados pelo réu -, é possível constatar a execução de obras musicais e audiovisuais nos 31 apartamentos do hotel, relativamente aos quais não houve comprovação do pagamento da retribuição.

Com relação às parcelas vencidas, contribuições de 10-08- 2012 a julho de 2015, uma vez comprovada a utilização de sonorização ambiental no estabelecimento da requerida, é devida a retribuição relativa aos direitos autorais, nos termos da Súmula 63 do STJ:

[...]

Também descabe a concessão da medida inibitória específica para proibição de execução de obras musicais, lítero-musicais e de fonogramas sem a prévia autorização do ECAD, eis que poderia, inclusive, afetar a sua prestação de serviços aos consumidores. Ademais, eventual prejuízo financeiro em razão do reconhecimento da violação alegada poderá ser resolvido em perdas e danos, no caso de eventual violação.

É a jurisprudência:

[...]

Sobre o tema, esta Corte Superior possui entendimento no sentido de que a tutela inibitória destinada a impedir a violação de direitos autorais, prevista no art. 105 da Lei 9.610/98, não se confunde com a pretensão de cobrança dos valores devidos e não pagos a esse título. Isso porque a tutela inibitória objetiva cessar ou impedir novas ofensas aos direitos autorais, enquanto que a tutela ressarcitória ou de cobrança das parcelas devidas pela utilização da obra sanciona o dano ou o não cumprimento do dever de pagamento.

Nesse sentido:

RECURSOS ESPECIAIS. DIREITOS AUTORAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ECAD. NÃO PAGAMENTO. HOTÉIS E MOTÉIS. EVENTO COMEMORATIVO. TV POR ASSINATURA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. TUTELA INIBITÓRIA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE OBRAS MUSICAIS. ART. 105 DA LEI 9.610/98. CABIMENTO.

1. Ação ajuizada em 17/12/2014. Recursos especiais interpostos em 6/2/2019 e 11/2/2019. Conclusão ao Gabinete em 26/6/2019.
2. O propósito recursal, além de verificar a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, é analisar (i) o cabimento de medida destinada à suspensão da execução de obras musicais, em quartos de hotéis e motéis, enquanto perdurar a inadimplência de valores devidos a título de direitos autorais; e (ii) o prazo prescricional aplicável à hipótese.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, não há como reconhecer a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.
4. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a pretensão de reparação dos danos causados em razão da utilização de obras musicais, literomusicais ou fonogramas, em quartos de hotel e motel, sem a devida autorização prescreve em três anos. Precedentes.
5. A tutela inibitória destinada a impedir a violação de direitos autorais constitui medida expressamente prevista no art. 105 da Lei 9.610/98, não se confundindo com a pretensão de cobrança dos valores devidos e não pagos a esse título. A primeira sanciona a violação da norma, impedindo a continuação ou a repetição do ilícito; a segunda sanciona o dano ou o não cumprimento do dever de pagamento.

Doutrina. Precedentes específicos.

RECURSOS ESPECIAIS PROVIDOS.

(REsp 1819695/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 22/08/2019)

RECURSO ESPECIAL. DIREITOS AUTORAIS. ECAD. AÇÃO DE COBRANÇA. UTILIZAÇÃO COMERCIAL DE OBRAS MUSICAIS SEM AUTORIZAÇÃO. TELEVISÃO CAPIXABA. EMISSORA DE TELEVISÃO AFILIADA. RETRANSMISSÃO DA PROGRAMAÇÃO NACIONAL. DIREITOS AUTORAIS DEVIDOS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. ATO ILÍCITO. ART. 398 DO CC. PRAZO DE PRESCRIÇÃO (CINCO ANOS NO CC/16 E DEZ ANOS NO CC/02). AUSÊNCIA DE PRAZO ESPECÍFICO. APLICAÇÃO DA REGRA GERAL. TUTELA INIBITÓRIA. ART. 105 DA LEI N. 9.610/98. NECESSIDADE DE APLICAÇÃO. POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO USO DE OBRAS MUSICAIS. OBRIGAÇÕES DEVIDAS NO CURSO DO PROCESSO. ART. 290 DO CPC. INCLUSÃO NA CONDENAÇÃO ATÉ SEU PAGAMENTO.

1. Pretensão do ECAD de receber retribuição referente aos direitos autorais de músicas executadas pela Televisão Capixaba em sua grade de programação.
2. Obrigação da emissora de televisão afiliada de pagar direitos autorais não apenas em razão das obras musicais transmitidas em sua programação local, mas também em razão daquelas retransmitidas da programação nacional.
5. Havendo ato ilícito, a mora ocorre no exato momento do cometimento do ato, razão pela qual, a partir daí, começam a incidir os juros moratórios, nos termos do art. 398 do CC.
6. Não havendo prazo específico para cobrança de valores decorrentes da ofensa a direito patrimonial de autor, aplica-se a regra geral do art. 205 do CC, sendo de dez anos o prazo, não sendo possível a aplicação do art. 206, §

3º, V, do CC, por não se tratar de reparação de danos.

7. Deve ser autorizada a suspensão da utilização de obras musicais caso haja nova violação de direitos autorais, nos termos do que determina o art. 105 da Lei n. 9.610/98. Precedente específico desta Corte.

8. Devem ser incluídas na condenação as obrigações devidas no curso do processo até o pagamento, nos termos do art. 290 do CPC/73.

9. RECURSO DO AUTOR PROVIDO E RECURSO DA RÉ DESPROVIDO.

(REsp 1556118/ES, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITOS AUTORAIS. COBRANÇA. OBRAS MUSICAIS INSERIDAS EM TRILHAS SONORAS DE FILMES. CONTINUIDADE DE TRANSMISSÃO OU RETRANSMISSÃO. POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO.

JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. É possível a suspensão ou interrupção de transmissão ou retransmissão de obras musicais na programação de empresa quando não há o prévio pagamento dos direitos autorais devidos. Interpretação do art. 105 da Lei n. 9.610/98. Jurisprudência do STJ.

2. São devidos direitos autorais pela exibição pública de trilhas sonoras nos filmes.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AgRg no REsp 1484566/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 13/08/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS MOVIDA PELO ECAD CONTRA EMISSORA DE RÁDIO - CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS MENSALIDADES EM ATRASO - AFASTAMENTO DA APLICAÇÃO DO ART. 105 DA LEI Nº 9.610/1998 - DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DO ENUNCIADO Nº 7 DA SÚMULA DO STJ.

INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. A suspensão ou a interrupção das atividades da agravada, com base no art. 105 da lei nº 9.610/1998, é cabível quando comprovada a ausência de autorização para transmissão de obras autorais protegidas.

[...]

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1174977/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 15/10/2014)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. DIREITOS AUTORAIS. ECAD. RADIODIFUSÃO. SUSPENSÃO OU INTERRUPTÃO. VEICULAÇÃO DESAUTORIZADA DE OBRAS

PROTEGIDAS. HIPÓTESE DO ART. 105 DA LEI Nº 9.610/95 CONFIGURADA.

1. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige que se comprove o dissídio com a transcrição dos trechos dos julgados, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Não é bastante a simples reprodução de ementas sem o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações. Precedentes.

2. Não se conhece do recurso quando a matéria veiculada não foi objeto de debate no acórdão recorrido, nem a respeito foram opostos embargos de declaração. Súmula nº 282/STF.

3. Resta configurada a hipótese do art. 105 da Lei nº 9.610/98 quando a transmissão e a retransmissão, por qualquer meio ou processo, e a comunicação ao público de obras artísticas, literárias e científicas, de interpretações e de fonogramas ocorrem sem autorização prévia dos respectivos titulares.

4. Recurso especial conhecido em parte e, nesta parte, provido.

(REsp 936.893/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/02/2012, DJe 13/02/2012)

Ainda nesse sentido, cite-se a decisão monocrática proferida no Recurso Especial 1.386.567/SC, de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, publicada em 10/11/2016.

Esclareça-se que eventual tutela inibitória não significa, obrigatoriamente, a suspensão ou interrupção das atividades do estabelecimento, tratando-se, em verdade de ordem judicial para que seja observado o regramento da Lei nº 9.610/98, até porque eventual interrupção das atividades pode inviabilizar a capacidade econômica do empreendimento, atingindo, talvez, o próprio pagamento dos direitos autorais pleiteado em juízo e - quiçá - desrespeitando o princípio da continuidade da empresa, basilar do Direito Empresarial.

Nesse contexto, estando o aresto *a quo* em desconformidade com a jurisprudência deste Sodalício, é de rigor a sua reforma, para que seja deferida a tutela específica pretendida pelo autor, ora recorrente. Uma vez que a reforma do aresto *a quo* culminará no acolhimento da totalidade da pretensão autoral, impõe-se a redistribuição do ônus sucumbencial, que recairá sobre o recorrido.

3. Do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para determinar que o recorrido abstenha-se, a partir da sua intimação desta decisão, de veicular obras litero-musicais e fonográficas em seu estabelecimento até que obtenha autorização para tanto, sob pena de multa diária fixada em R\$ 500,00 (quinhentos reais). O ônus da sucumbência deve ser imputado exclusivamente ao hotel recorrido. Honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator